

Tensões territoriais no uso das águas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), Bahia

Débora Carol Luz da Porciuncula¹
Cristina Maria Macêdo de Alencar²

Resumo: Neste artigo explicitamos os caminhos metodológicos que utilizamos para tornar visível a presença de tensões no uso das águas na RMS a partir do desenvolvimento de uma metodologia específica, a qual denominamos de Indicadores Qualitativos de Tensão no Uso das Águas (IQTA). Observadas num período de onze anos, de 2005 a 2015, sua aplicação nos permitiu identificar evidências empíricas de tensões territoriais configuradas na disputa pelo uso das águas na civilidade metropolitana e qualifica-las nos termos de três tipos de tensões: a tensão pela apropriação da água, a tensão dos usos geradores de riscos ambientais e a tensão dos usos da água em atividades culturais.

Palavras-chave: Tensões; usos da água; rural-urbano; civilidade metropolitana.

Territorial tensions in water use in the Metropolitan Region of Salvador (RMS), Bahia

Abstract: In this article, we explain the methodological paths that we use to make visible the presence of tensions in water use in the RMS, based on the development of a specific methodology, which we call Qualitative Indicators of Water Use Voltage (IQTA). Its application allowed to identify empirical evidences of territorial tensions configured in the dispute for the use of the waters in the metropolitan civility, observed in a period of eleven years, from 2005 to 2015, and qualified in the terms of three types of tensions: the tension by the appropriation of the water, the tension of the generating uses of environmental risks and the tension of water uses in cultural activities.

Keywords: Tensions; uses; Water; metropolitan civility.

Submetido em 15.11.2018, aprovado em 15.5.2019

1. Introdução

Tensões e conflitos territoriais pela apropriação e uso das águas doces é realidade vivenciada em muitos países e regiões: quer devido a histórico quadro de escassez de água doce em rigorosas condições geoclimáticas; quer onde a abundância hídrica contrasta com poluição provocada pelo ritmo e intensidade do processo de produção socioespacial, inerente ao modo de produção capitalista, em que a natureza é apropriada, consumida e degradada, como mercadoria. O Brasil apresenta as duas conflitualidades (VERÍSSIMO, 2010).

O conflito é uma categoria que se refere ao choque entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano-industrial que tornam efetivas suas demandas por água. Tensão

¹ Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (PPGPTDS-UCSAL); Professora Colaborada do PPGPTDS-UCSAL; E-mail: debora.porciuncula@pro.ucsal.br

² Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Professora Adjunta do PPGPTDS-UCSAL; e-mail: cristina.alencar@pro.ucsal.br

é aqui categoria analítica de contradições com potencial de produzir sínteses que conciliam o conflito ou produzem cooperações (ALENCAR, 2007).

Veríssimo (2010, p.21) entende que um conflito relacionado ao uso da água, “remete para uma relação de oposição entre indivíduos, grupos ou países, que surge por divergências de sentimentos, opiniões, ideias e/ou ideais, levando à perturbação na tomada de decisões e ações”. Assim, o conflito se estabelece em torno dos diferentes usos a que a água se destina, podendo resultar em tomada de decisões e acordos multilaterais para equacionar interesses opostos e assimétricos sobre tais usos. Entretanto, o conflito é utilizado de forma limitante se a perspectiva é de equacionar os interesses contraditórios de modo maniqueísta, onde se põe o lado mais forte versus o lado mais fraco, os usos mais importantes economicamente versus os menos importantes, correlação favorável aos interesses dominantes.

Neste estudo, a tensão é a unidade dos contrários com condições de possibilidade de nova síntese, diferente do conflito que se encerra em si. A ruralidade metropolitana é a noção interpretativa utilizada para apreensão da realidade que expressa a relação rural-urbana como modos de vida em interação e complementaridade, no espaço metropolitano, tornando visível uma ruralidade qualificada como metropolitana (ALENCAR, 2007). É, portanto, uma unidade dialética, cujos elementos são assimilados como evidência da realidade rural invisibilizada no espaço metropolitano.

Compreendidas assim, as tensões refletem a disputa pelo uso da água qualificadas como territoriais. O territorial é referente a território, compreendido como relações de poder que emergem num determinado espaço geográfico. Contudo, o poder que define o território não é um poder qualquer, mas sobretudo aquele que emana da dimensão política contida nas relações sociais. Além do poder, dimensão fundante da concepção de território, também são extremamente importantes a dimensão da cultura, do simbolismo, das identidades e das teias de “significados”, a dimensão econômica, especialmente através do trabalho, dos processos de produção e circulação de bens. (SOUZA, 2013, p.88).

O *Indicador Qualitativo de Tensão no Uso das Águas (IQTA)*³, ao operacionalizar a

³ A metodologia dos *Indicadores Qualitativos de Tensões no Uso das Águas (IQTA)* é derivada da formação de *Indicadores Qualitativos de Ruralidade Metropolitana (IQRM)* que permitem inferir, em condições de *ruralidade metropolitana*, “elementos para tomada de decisão sobre diretrizes de desenvolvimento regional que privilegiem uma coexistência rural-urbana que potencialize conquistas humanas, empreendidas em meio aos constrangimentos da sustentabilidade, inerentes ao modo de produção capitalista, a favor da vida humana” (ALENCAR, 2008, p. 118). A base teórica e metodológica do IQRM permitiu “propor indicadores específicos e relacionados somente às águas, ou seja, apenas a um dos elementos que compõe a natureza, que é mais ampla” (PORCIUNCULA, 2017, 206). Assim, considerando apenas a água como um dos elementos da natureza em disputa entre os modos de vida rural-urbano, em espaço metropolitano, foi proposto o IQTA; vide também Alencar 2006, 2007, 2008;

compreensão da problemática das águas na perspectiva do pensamento complexo possibilita reconhecer quem domina ou influencia a tensão territorial no uso da água, quais são as forças hegemônicas, contra hegemônicas e subalternizadas que coexistem de forma tensionada no espaço da RMS. na relação com as suas águas.

2. O Indicador Qualitativo de Tensão no Uso das Água (IQTA) em espaço regional metropolitano

As evidências empíricas de tensões territoriais configuradas na disputa pelo uso das águas na Região Metropolitana de Salvador (RMS) foram apreendidas num período de dez anos, de 2005 a 2015, periodização que possibilitou explicar processos que culminaram, no século XXI, em disputas e tensões.

A confluência de múltiplos eventos relacionados às águas neste período estaria associada à forma como o espaço da RMS fora produzido e organizado de acordo com as concepções de natureza que emergem do Planejamento Metropolitano (BAHIA, 1977) e do modelo civilizatório de desenvolvimento urbano/industrial, que, hegemônicos, tensionaram modos de vida e de relações socioespaciais expressas na forma como os sujeitos rurais e urbanos se apropriam das águas doces na RMS (PORCIUNCULA, 2017).

Dessa forma, ruralidade e urbanidade se encontram num mesmo espaço complexo, o metropolitano, o que torna possível falar em ruralidade onde a urbanização induzida pela industrialização produziu territórios tensionados como lugar de conflito.

A principal fonte de pesquisa para a identificação das evidências foram jornais impressos e digitais, tipo de fonte amplamente utilizada na pesquisa historiográfica. Seguindo Lapuente (2015, p. 01), observamos que “os jornais devem ser utilizados criticamente” pelo pesquisador, “para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso da fonte e, conseqüentemente, realizar uma análise precipitada, acrítica e superficial”. Este risco foi superado por fundamentação teórica e metodológica que considera que as evidências são notícias referentes a situações, ou eventos, que envolvem problemas diversos no qual a água é o elemento central da questão, com repercussão por comoção social ou por visibilidade da questão, sobretudo próximo a datas comemorativas do Meio Ambiente e do dia Internacional da Água.

A fonte principal foi o jornal A Tarde, com circulação regular desde sua fundação em 1904; foram utilizados em caso de ocorrência de eventos extremos com grande repercussão da opinião pública, e também jornais de circulação local e regional, tratados como fontes

auxiliares de pesquisa: Correio*, Tribuna da Bahia, É Massa!, Dias d'Ávila Acontece, Candeias Mix, Madre Notícias, Fala Simões Filho, Folha do Recôncavo e outros.

A pesquisa fora realizada na Biblioteca Central dos Barris, no setor de periódicos, durante os meses de agosto a outubro de 2015, dois turnos por dia. Nesta atividade contamos com o apoio de uma equipe composta por dois bolsistas de Iniciação Científica, dois voluntários⁴ e a própria doutoranda. Foram utilizados máscaras faciais e luvas para proteção pessoal e preservação dos jornais analisados.

O levantamento das evidências obedeceu aos seguintes critérios de natureza metodológica: a) Observância a área de trabalho, buscas apenas por notícias relativas à Região Metropolitana de Salvador (RMS) e/ou aos seus treze municípios: Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Simões Filho, Candeias, Dias d'Ávila, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Pojuca, Itaparica e Madre de Deus; b) Identificação de notícias que contivessem as seguintes palavras e/ou expressões chaves: água, falta d'água, desabastecimento, infraestrutura, risco, abandono, abastecimento, lagoa, rio, córrego, canal, recurso hídrico, poluição da água, barragem, fonte, poço, cisterna, dique, saneamento, meio ambiente, parques, área de preservação permanente (APP) e área de preservação ambiental (APA).

As notícias após serem identificadas no periódico eram fotografadas e agrupadas num banco de dados, organizado por ano/mês, para em seguida serem avaliadas e qualificadas como sendo ou não uma evidência. Após serem reconhecidas como sendo uma evidência foram inseridas no “Quadro geral das Tensões no uso das águas em Salvador e RMS”, que reúne evidências, tensões e determinações⁵.

Para expandir achados sobre municípios que eram raramente citados (p. ex. São Francisco do Conde, Candeias, Simões Filho, Pojuca, São Sebastião do Passé) nos jornais publicados na metrópole, realizamos buscas *online* em periódicos locais, cujos endereços eletrônicos encontramos no Guia de Mídia: jornais, rádios, revistas, etc. nas escalas regional, municipal e local. Por fim, a busca neste tipo alternativo de fonte local nos auxiliou a esgotar as possibilidades de encontrar evidências na escala do município e que, por algum motivo, foram ignoradas pelo jornal de grande circulação, produzidos na metrópole Salvador. Apenas nos periódicos locais estava visível a questão das águas naquela escala e relevante para os sujeitos do lugar

Reconhecidas as notícias como evidências, categorizamos então as tensões nas

⁴ Aqui registro meus agradecimentos aos bolsistas de Iniciação Científica e membros do grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN), Fernanda Flores e Raimundo; e aos voluntários Everton Santana Santos, meu namorado e a Pablo Luís Luz da Porciuncula, meu irmão.

⁵ Disponível online em: www.labgeo.ucsal.br/aguas/iqta

evidências:

T-1: Tensões pela apropriação da água: apropriação da água por disputas entre o econômico e o não econômico, disputa entre os diferentes usos econômicos, disputa entre o rural e o urbano e disputa entre o urbano e a água;

T-2: Usos geradores de riscos ambientais: produção de riscos e produção de eventos ambientais e;

T-3: Usos da água em atividades culturais: uso cultural como recursos naturais e uso cultural como água.

Com as evidências qualificadas pelos conteúdos das tensões explicamos o fenômeno a partir de seis determinações teoricamente formuladas (abstrações) e que possibilitam identificar e agrupar variáveis independentes e dependentes (empírico) relacionadas às dimensões econômicas, culturais, políticas, naturais, subjetivas e de sociabilidade ali predominantes e apreendidas na escala regional do fenômeno. As determinações são: Determinação Geoambiental (DG), que tensiona ao opor leis, demarcações, denúncias de riscos ou eventos ao uso da água; Determinação Rural (DR), que tensiona ao permanecerem os usos mais diretos da água, quer produtivo, social, simbólico ou cultural; Determinação Urbana (DU), quando usos são estabelecidos de forma mediada por processos ou instrumentos tecnológicos e tornando menos evidente a existência dos mananciais; Determinação do Modo de Ocupação (DMO), que denota ritmo e modo de apropriação da natureza, com risco ou comprometimento dos mananciais, condicionada pela hegemonia da acumulação capitalista; Determinação do Conhecimento Científico (DCC), que expressa usos da água justificados ou contestados pela autoridade das descobertas ou explicações científicas expressas em tecnologias de processo, de organização ou de equipamentos. E, por fim, a Determinação do Planejamento (DP), que expressa a orientação do modelo de desenvolvimento metropolitano para a apropriação da natureza e uso das águas regulado e/ou justificado pela ação institucional e administrativa. Esta última Determinação foi formulada nesta Pesquisa enquanto as demais emergem diretamente do IQRM.

3. Resultados e discussão

De acordo com o IQTA identificamos 1.006 evidências de tensões no uso da água em espaço regional metropolitano, entre os anos de 2005 e 2015, sendo 2015 o ano com mais evidências (266) e 2012 com menos evidências (33).⁶ Entendemos que a maior frequência das evidências de tensões estar em 2015 reflete como síntese a intensidade da dimensão urbana tensionada e tensionando a condição rural pela apropriação das águas.

⁶ 2005, 131 evidências; 2006, 106 evidências; 2007, 115 evidências; 2008, 52 evidências; 2009, 65 evidências; 2010, 53 evidências; 2011, 64 evidências; 2013, 60 evidências e; 2014, 61 evidências.

Registrou-se conteúdos que vão desde a suspensão no fornecimento de água em períodos superiores a 48h, que de acordo com a metodologia já caracteriza evento ambiental; às altas perdas no sistema de distribuição de água; à degradação crescente dos cursos dos rios por despejo de efluentes domésticos e industriais; à ocupação irregular em áreas de proteção permanente (APP) de rios e lagoas; ao uso recreativo dos lagos dos reservatórios apesar da falta de segurança e qualidade ruim das águas; ao comprometimento de atividades culturalmente estabelecidas, como a pesca, devido à degradação das águas dos rios, dentre outros. Como as evidências indicam o município e, muitas vezes o bairro, de onde emergem, foi possível espacializá-las e produzir os mapas de tensões no uso da água na RMS, referente a cada uma das tensões: T-1; T-2 e T-3.

Ao analisarmos os resultados percebemos predominância da tensão pela apropriação da água (T-1) incidindo majoritariamente nas áreas onde a exploração e a demanda por água para usos urbano e industriais, é intensiva. Identificamos nos municípios de Camaçari, Dias d'Ávila, devido ao Polo Petroquímico, pressão do urbano pelo consumo intensivo da água, do Aquífero São Sebastião e da Barragem de Santa Helena; soma-se a isto as pressões da urbanização que conduzem a grandes períodos de suspensão do abastecimento humano de água, sobretudo no município de Dias d'Ávila. Em Lauro de Freitas é possível identificar a intensa urbanização com pressões cada vez maiores sob o rural, enquanto modo de vida, com a degradação de importantes rios, como o Joanes, comprometendo a pesca, a mariscagem, o banho e o lazer, e a retirada de água diretamente do rio para o consumo.

A tensão geradora de riscos e eventos ambientais, T-2, aparece com menor incidência do que a T-1. T-2 segue padrão similar de distribuição espacial, quase com a mesma intensidade e nos mesmos municípios onde incidem a T-1. A T-2 reflete a questão das águas na ruralidade metropolitana expondo riscos e eventos ambientais que alertam o desgaste do modelo de civilizatório de base urbana e industrial, que segue degradando mananciais, gerando riscos com potencial de eventos ambientais: risco de faltar água por mais de 48h, de ter o água com qualidade ruim, de contrair doenças de veiculação hídrica, de afogamento, enchentes, etc. Com a espacialização desta tensão visualizamos a intensidade com que incidiu “principalmente” nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João.

As tensões no uso da água em atividades culturais (T-3) apresentam menor frequência, mas confirmam o êxito do modo de vida urbano/industrial como modo hegemônico. No entanto, essa tensão é representativa da permanência da ruralidade que em espaço metropolitano ao revelar uma presença contra hegemônica que se apropria das águas culturalmente, como natureza, através, da religiosidade, do lazer, da pesca, da contemplação, ou dos demais usos não econômicos.

A T-3 foi verificada amplamente na metrópole Salvador e demais municípios com degradação e pressões cada vez maiores sob os mananciais. Neste caso, destacamos o processo de metropolização tradicional, de que vimos falando, a partir da década de 1970, em Salvador, Camaçari, Dias d'Ávila e Lauro de Freitas; e a metropolização capitaneada, a partir da década de 1990, pelo turismo, como o caso tanto do litoral de Camaçari, Lauro de Freitas e Mata de São João. Embora ambos processos de metropolização tensionem o modo de vida rural, este ainda resiste e reclama por seu espaço, nos rios, lagos e córregos limpos, relacionando-se cultural e simbolicamente com as águas.

Para exemplificar, demonstramos a seguir algumas tensões no uso da água, classificadas de acordo com as categorias anteriormente mencionadas, identificando as determinações – rurais, urbanas, geoambientais, do modo de ocupação, do conhecimento científico e do planejamento – que as explicam:

1. Tensões pela apropriação das águas:

Escolhemos uma situação emblemática relativa à Embasa ao instalar fornecimento de água em Arembepe, o que veio acompanhado de exigência de desativação dos seus poços artesianos, já que o abastecimento de água potável estaria garantido.

Água para beber não foi o problema mais grave apontado pelos os moradores de outras localidades, e sim a extinção do hábito de buscar água nas fontes e cisternas de Ilha dos Frades ou em Madre de Deus em períodos de estiagens. No entanto, em outra localidade, "(...) De acordo com dados oficiais veiculados no site oficial da Seinfra, o sistema de abastecimento de Bom Jesus é composto por 3,6 km de tubulação subaquática em terra firme, que trazem através das adutoras a água de Pedra do Cavalo após tratamento em Candeias". (A TARDE, 2008a, p. 8). **DU; DP**

Sou um cidadão brasileiro, baiano e soteropolitano. Na nossa residência, usamos água como em qualquer outro lugar do mundo. Lavamos roupas, tomamos banho, etc. Resido na zona urbana, no bairro de Matatu de Brotas, em um prédio na frente da rua principal, área considerada o coração do bairro. Não temos cisternas, e nem chafariz onde poderíamos nos abastecer. Portanto, estou indignado com a empresa responsável pelo abastecimento de água, por nos deixar vários dias na seca, achando que estamos na zona rural, onde pelo menos existem rios ou lagos para abastecimento da população. (A TARDE, 2005f, p. 2). **DU; DP**

A Determinação Urbana das tensões se refere à disponibilização da infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento urbano de água, tidas como inerentes à condição do modo de vida urbano, a partir da extinção da prática de captação de água diretamente em fontes naturais e poços artesianos, praticada desde a primeira metade do século XX em Salvador. Ela se articula, nas duas primeiras tensões, com a Determinação do Planejamento

representativa do projeto de modernidade metropolitana de acesso à água encanada e potável, regularmente, sem reconhecimento ou questionamento da origem dessa água, dos caminhos percorridos até o destino, tampouco das condições ambientais dos municípios que a fornecem, muitos desses sem abastecimento regular, como Dias d'Ávila-Ba.

A adesão à EMBASA, além de romper a relação culturalmente estabelecida com as águas pelos moradores das Ilhas e de Arembepe, cujo modo de vida é o rural, revelou-se incapaz de garantir regularidade do fornecimento de água. Contudo, isto também é realidade para os moradores da metrópole, onde o morador do bairro de Matatu de Brotas, plenamente urbanizado, reclama pela condição urbana – na qual se reconhece como sujeito urbano, onde a relação com as águas é mediada sob monopólio pela EMBASA e contrapõe ao que ele acredita ser condição própria do modo de vida rural, qual seja o acesso direto à água em rios, lagos, cisternas e chafarizes.

Este olhar a partir do urbano não apreende que essa condição no rural também é afetada pela modernidade urbana-industrial e rural – a exemplo dos impactos ambientais a partir da Revolução Verde, com o uso intensivo de agrotóxicos e de irrigação, com comprometimento da sua qualidade, etc.

2. Usos geradores de riscos ambientais:

Extração ilegal de areia ameaça o equilíbrio do Rio Joanes-Ipitanga - (...) a extração ilegal de areia na Grande Salvador pode comprometer o equilíbrio do rio Joanes-Ipitanga, em Lauro de Freitas, principal abastecedor de água da capital e que fica dentro da área de preservação ambiental (APA) de mesmo nome do curso hídrico. Gestor da APA, o engenheiro agrônomo Geneci Souza, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), diz que a subtração de areia em locais de restinga causa interferência na biodiversidade, perda da proteção contra o salitre e desequilíbrio no balanço hídrico. Vale lembrar que o rio Joanes-Ipitanga responde por 40% do abastecimento da capital. Apesar disso, o gestor avalia que o fornecimento de água ainda não está comprometido, mas, indiretamente, o rio está sob ameaça. “Um dos problemas mais sérios na APA é a retirada de areia, com a consequente supressão da vegetação. E isso acarreta o assoreamento das águas superficiais, lençóis freáticos e mananciais”, enumera Souza. (...) Souza atribui a existência da lavra ilegal ao crescimento desenfreado das cidades. “Que causa conflitos de uso do solo, decorrentes da ocupação desordenada e demanda por moradias, o que resulta numa pressão sobre o meio ambiente”, (...) visão (...) compartilhada pelo chefe de fiscalização do DNPM, que associa a extração ilegal ao desenvolvimento da infraestrutura. (...) (A TARDE, 2014a, p.3). **DG; DMO; DU**

Nesta tensão geradora de riscos ambientais a Determinação Geoambiental explica o comprometimento e a perda da biodiversidade, com impacto ambiental direto nos rios que compõem o sistema de abastecimento de água Joanes-Ipitanga, responsável por 40% do

abastecimento da RMS, com a possibilidade de assoreamento dos cursos d'águas e nascentes, além de explicitar a oposição à demarcação da Área de Proteção Ambiental. Associa-se à DG, as Determinações do Modo de Ocupação e Urbana, respectivamente: destruição do ecossistema, com a extração de areia para a construção civil; ritmo e a forma de uso da natureza comprometendo os mananciais. Outro exemplo da T2 é a recomendação do Ministério Público para evitar emissão de licenças para empreendimentos em Imbassaí e divulga

(...), as condições e balneabilidade dos rios Imbassaí, Sauípe, Pojuca, Riacho do Arrendamento, do Forte e da Lagoa Timeantube. “A medida visa resguardar a saúde pública, evitando que a população faça uso de águas impróprias para o banho, com risco conseqüente de contrair doenças”, afirmaram os promotores de Justiça. (...) a medida foi adotada com base em pareceres técnicos do Conselho Regional de Engenharia da Bahia (Crea), da Central de Apoio Técnico do MP (Ceat) e do Laboratório de Microbiologia da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que comprovam a inexistência de estação de tratamento de esgoto em funcionamento na localidade. “Isso tem gerado o lançamento de efluente bruto no Rio Imbassaí, ocasionando contagem de coliformes fecais acima dos padrões microbiológicos recomendados”, destacaram. De acordo com estudo técnico do Crea, as soluções atualmente adotadas para o tratamento de efluentes não são recomendadas mesmo que sejam construídas dentro de Normas Técnicas, em razão do grau de ocupação de Imbassaí e do grande número de edificações em construção com a implantação de hotéis, pousadas, restaurantes e condomínios na localidade. (A TARDE, 2014b) **DG; DCC; DMO; DU**

Nesta tensão a Determinação Geoambiental está na oposição a leis pelos empreendimentos (hotéis, pousadas, restaurantes e condomínios) em Imbassaí, município de Mata de São João, devido à metropolização do turismo, como explica a Determinação Urbana, comprometendo a qualidade das águas dos rios; também na denúncia do risco e do evento ambiental associado à ausência de tratamento dos efluentes gerados por tais empreendimentos. O comprometimento do uso desses mananciais pelos sujeitos do lugar, atinge os usos sócio e historicamente estabelecidos com possibilidade real de contrair uma série de doenças de veiculação hídrica. A DU se liga à do Conhecimento Científico ao comprovar o comprometimento da qualidade das águas e à do Modo de Ocupação ao alertar sobre o ritmo da apropriação da natureza com metropolização dos capitais turístico e imobiliário.

3. Uso da natureza em atividades culturais:

Poluição afeta fontes sagradas - Líderes de terreiros de Cajazeiras e entorno estão cobrando ao poder público proteção para espaços sagrados. Ontem, eles conseguiram que o secretário municipal da Reparação, Gilmar Santiago, visitasse a Cachoeira de Oxum e um

trecho do Rio do Prata. Ambas estão localizadas em trechos remanescentes de Mata Atlântica e passam por um processo de degradação que vai do desmatamento à contaminação por esgotos. (...) “A água dessa cachoeira era limpa há alguns anos. Hoje está desse jeito. Isso dói muito, pois a natureza é a casa das nossas divindades”, disse Mãe Ana. (...) A área escolhida por mãe Juscelina é o Loteamento Santo Antônio, onde estão sediados pelo menos oito terreiros. Nessa localidade fica também um trecho do Rio do Prata. “As fossas que são abertas na área acabam contaminando a água”, conta a sacerdotisa. (A TARDE, 2005, p. 10). **DR; DG; DP**

Nessa tensão onde se expressa o uso cultural da água como natureza, com simbolismo da religião de matriz africana para a qual “a natureza é a casa” das divindades, a Determinação Rural se vincula à resistência e permanência desse uso simbólico e cultural a despeito da denúncia de poluição dessas águas, com forte articulação com a Determinação Geoambiental. A Determinação do Planejamento o modelo de desenvolvimento metropolitano para um tipo de apropriação da natureza e uso da água mediadas pela técnica, onde as fontes públicas e naturais foram alijadas do processo de produção e organização espacial, atualmente abandonadas, apesar de amplamente utilizadas quando há suspensão do fornecimento.

A cidade dentro da cidade - janeiro, sol, dia azul. “Vamos descer para Ipitanga?”, sugere José Nascimento, 22, aos amigos. Mas não é a praia perto do Flamengo onde eles vão aproveitar o dia. O destino é a “praia” particular dos moradores de Cajazeiras: com água doce, algas e muito mato em volta, a Barragem de Ipitanga é o programa dos finais de semana e dias de férias, para onde José vai desde os dez anos. “A barragem é nosso piscinão, é o que nos salva. Aqui não tem muito lugar para gente ir, não”. O bairro de Cajazeiras nasceu como um conjunto habitacional, há 24 anos. Das fazendas que foram desapropriadas para o projeto (Jaguaripe de Cima, Fazenda Cajazeiras e Fazenda Boa União) veio o nome do bairro. Não demorou para que os prédios fossem cercados de construções informais. No maior bairro de Salvador vivem mais de 600 mil habitantes (mais gente até do que em Feira de Santana). São 18.583 casas populares nas 11 Cajazeiras e quatro Fazendas Grandes, que se misturam também com Boca da Mata e Águas Claras [...] (A TARDE, 2008, p.06). **DR; DP; DU; DG**

Essa tensão expressa o uso cultural da água como natureza, como lazer e como recurso natural, em flagrante oposição ao processo de metropolização que, no caso da RMS, foi erigido entendendo que os mananciais inseridos nessa região se constituíam enquanto um obstáculo ao desenvolvimento urbano e industrial, a Determinação Rural está presente na permanência do uso direto da água como cultura e como atividade pesqueira.

A Tensão 3 é também explicada pela Determinação do Planejamento norteadora da ocupação da área, em 1984, a despeito da presença da barragem desde 1935 e da

importância de conservar a biodiversidade ali presente, um dos últimos mananciais utilizados para abastecer Salvador. Ambas se articulam à Determinação Geoambiental, pelo descumprimento da lei, o uso do lago da barragem, pelas moradias em seu entorno, proibidas desde sua construção, pelo risco ambiental com a urbanização.

É possível identificar nas evidências geradoras de tensões no uso da água a presença das determinações isoladamente ou em conjunto, oferecendo um conteúdo explicativo que foi assimilado como resultado de um processo sócio histórico da realidade social onde as águas figuram como elemento da natureza em disputa na ruralidade metropolitana. Vale lembrar que o conteúdo explicativo das determinações sobre os eventos que tensionam os usos da água e suas variáveis não se estabelecem *a priori*, o que dá autonomia intelectual e requer aproximação à realidade empírica no uso da metodologia matriz (IQRM) donde emerge o IQTA.

As variáveis independentes são aquelas que possuem elementos que condicionam as determinações, e as variáveis dependentes são aquelas que se referem aos elementos que são condicionados ou decorrem das variáveis independentes. (ALENCAR, 2008). As dimensões econômicas, culturais, de sociabilidade, políticas, de subjetividade, da natureza e ambiental, derivam da realidade social predominante nas variáveis, estando presente em todas elas, como resultado da inter-relação entre as múltiplas determinações da ruralidade metropolitana. (ALENCAR, 2008).

É importante salientar que o uso da palavra predominância se referindo as dimensões decorre, como explicou Alencar (2007, p. 122), de um “recurso metodológico indicativo do quadro de possibilidades a serem consideradas hierarquicamente quando da concertação política para intervir no espaço como território”. Logo, as dimensões predominantes devem representar “os campos de interesse que necessariamente precisarão ser contemplados na proposição de políticas, programas ou projetos de intervenção” (ALENCAR, 2007, p. 122, destaque nosso).

A ocorrência de uma ou mais dimensões associadas à sua variável independente ou dependente se constitui num indicativo do que pode estar contribuindo para a existência da tensão no uso da água. Na análise realizada identificamos que as variáveis independentes que se relacionam as Determinações Geoambientais, como “riscos naturais para o uso humano” se ligam às dimensões predominantes culturais, subjetivas, da natureza e ambientais. Chegamos a essa conclusão após procedermos toda a análise do conteúdo de cada evento já qualificado de acordo as tensões 1, 2 ou 3.

A dimensão Natural indica a presença de um risco próprio das condições naturais de determinados mananciais inseridos na RMS, tais como risco afogamento nos lagos de

barragens e em determinados trechos de rios. Contudo, as dimensões predominantes Cultural e de Subjetividade indicarão que este risco natural era ignorado pelas pessoas que, diante do elemento cultural, se sentem impelidas a continuar nadando, pescando ou utilizando a água para outros fins recreativos, não consultivos. Logo, a presença dessas dimensões informa que, se sobrepondo ao próprio risco, existe uma dimensão Cultural e uma outra de Subjetividade que não devem ser desprezadas pelo Planejamento, pois, elas são predominantes na realidade em que incidem e dialogam com modos de vida onde a relação direta com as águas é valorizada e mantida, como um fenômeno próprio da ruralidade metropolitana.

As dimensões econômicas, culturais e políticas que se ligam a variável independente “área de preservação ambiental e área de preservação permanente”, por exemplo, expressam por sua vez as decisões institucionais, de caráter jurídico, que delimitam os perímetros de proteção dos mananciais inseridos na RMS, com base não apenas nos dados hidrológicos, mas em grande medida por decisões de caráter político e econômico.

Contudo, tais delimitações acabam não sendo respeitadas e, não é incomum identificar no âmbito da própria RMS a presença de ocupações formais e informais ambas provocando pressões e degradação ambiental. Esse é o raciocínio que deverá orientar a leitura da identificação de cada uma das variáveis independentes e dependentes. A presença das dimensões é indicativa da orientação, no ambiente do planejamento e da gestão, de onde deverá ser acionado os esforços principais para o enfrentamento, criação de estratégias e superação do problema em sua complexidade.

4. Considerações finais

Com a aplicação do IQTA, congregamos dimensões subjetivas às objetivas, estas últimas mais valorizadas no campo investigativo formal, sobretudo, no que diz respeito às águas. O IQTA se mostrou capaz de deslindar aspectos de uma realidade social – a qual noção de rural e ruralidade metropolitana nos permite qualificá-la como tal, em sua relação com as águas – que existe em ambiente metropolitano e, não obstante, é ignorada ou reduzida em sua importância diante do discurso da modernidade atrelado à urbanidade metropolitana no desenvolvimento civilizatório urbano/industrial.

Como já mencionado, as dimensões predominantes devem orientar a proposição de políticas, planos, programas ou projetos, revelando assim o seu potencial de (re) conduzir intervenções sócio-espaciais que se mostrem o mais próximo possível das realidades nas quais às águas figuram como elemento central da relação do sujeito com a natureza; acolhendo, com isto, a dinâmica e a complexidade que a envolve e é responsável pelas diversas acepções sobre ela. Recuperamos através do IQTA uma dimensão da realidade

social na ruralidade metropolitana que a despeito de sua importância não é considerada nas políticas públicas. Ao mesmo tempo, questões que envolvem as águas assumem aspectos cada vez mais preocupantes que extrapolam a dimensão espacial e ambiental do problema para encontrar conteúdo explicativo num modelo civilizatório que se impõe hegemônico e distante de outras realidades contra hegemônicas e dotada de riqueza cultural e simbólica que reclama pela diversidade de usos das águas – seja o uso cultural, o simbólico ou produtivo.

O planejamento conforme o IQTA, por estar em constante provisoriedade histórica, tem potencial para orientar proteção, conservação e recuperação dos rios e das fontes d'água inseridos no espaço metropolitano da RMS ao associar-se à autonomia relativa que é própria da constituição e fortalecimento de identidades territoriais. Por fim, o Planejamento, como diz Alencar (2006, p. 165) não se prestaria a ser apenas um instrumento modelador de realidade, mas “uma condição de interferência na dinâmica da realidade social”. Neste sentido, o IQTA é um indicador qualitativo que está apoiado numa forma de pensar contra hegemônica, como a própria noção de ruralidade metropolitana, que o sustenta, cuja contribuição reside no potencial de “inclusão do fenômeno da vida na ciência e na política”. (Alencar, 2006, p.165) e no Planejamento que valorize a vida de todos aqueles que desejam se desenvolver em relação direta com as águas.

Referências

- ALENCAR, C. M. M. Potencial interpretativo e instrumental da noção de ruralidade metropolitana. In: BÓRGUEZ, L. C. (Org.). *Nueva ruralidad enfoques y propuestas para América Latina*. México: CEDRSSA de la Cámara de Diputados XII Legislatura, 2006.
- _____. Indicador qualitativo de ruralidade em espaço regional metropolitano. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007.
- _____; SCHWEIZER, P. J. (Orgs.) *Transformações territoriais: de rural a metropolitano*. Campinas: Alínea, 2008.
- ANDRADE, MAIZA. Desigualdade na oferta de água. *A Tarde*, Salvador, 19 jan. 2008, p. 8.
- _____. A cidade dentro da cidade. *A Tarde*, 8 nov. 2008, p.4.
- AZEVEDO, Eduardo Antonio. Seca em Matatu. *A Tarde*, 13 abr. 2005, p. 2.
- BAHIA, *Estudo preliminar do Plano de Desenvolvimento Metropolitano Integrado da Grande Salvador: diagnóstico, delimitação preliminar da área metropolitana*. Vol. 2. [Salvador: S.N], 1977.
- FUNKE, Katherine. Poluição afeta fontes sagradas. *A Tarde*, 21 mai. 2005, p. 7.

LAPUENTE, R. S. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. In: ENCONTRO DA HISTÓRIA DE MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LEMOS, Davi. Alto grau de poluição atinge 81% dos rios de Salvador. *A Tarde*, 22 mar. 2014b.

LESSA, Cláudia. Rio Joanes pede socorro. *A Tarde*, 30 de jan. 2014a, p. 2.

PORCIUNCULA, Débora. *O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana de Salvador: usos, alterações e abandono*. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador (UCSAL), 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. v. 1. 319p.

VERÍSSIMO, Cláudia Filipa de Souza. *Conflitos emergentes na gestão das águas*. Universidade Nova de Lisboa. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. 2010.